

**65ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA TÉCNICA DE ORGANIZAÇÃO SOCIAL E AUXÍLIO
EMERGENCIAL CT-OS/CIF - RESTRITA**

Aos dias cinco do mês de junho de dois mil e vinte e quatro, às oito horas e quinze minutos, no Comfort Suites Vitória, situado na Av. Saturnino de Brito, 1327, Praia do Canto, Vitória/Es, teve início a 65ª Reunião Ordinária da Câmara Técnica de Organização Social e Auxílio Emergencial CT-OS/CIF, constituída no âmbito do Termo de Transação e de Ajustamento de Conduta (TTAC) e do Termo de Ajustamento de Conduta Governança (TAC-Gov), ambos Acordos referentes ao Desastre da Samarco em Mariana/MG.

Dos participantes, membros, registro: Alessandra Zardo Venturin (SETADES/ES), Cláudia Fardim (SETADES/Governo do ES), Daniely Cristina de Souza Alves (Prefeitura Municipal de Mariana/MG), Jadilson Lino de Oliveira Gomes (Comissão Quilombola de Atingidos de Degredo), Joéci Benedita dos Santos Lopes Miranda (Comissão de Atingidos de Aracruz/ES), Josiane Aparecida dos Passos (Prefeitura Municipal de Barra Longa/MG), Juliane de Araújo Barroso (Governo do Espírito Santo/SETADES/ES, coordenação CT-OS), Karolina Rodrigues Vasconcelos (Prefeitura Municipal de Mariana/MG), Luciana Mantovaneli Amorim (Prefeitura Municipal de Linhares/ES), Márcia Carvalho Vieira (SETADES/ES), Maria Clara Sousa Mendes (SEDESE/MG), Marilene Fabri Lima (SEDESE/MG), Milla Pião Moreira (Prefeitura Municipal de Linhares/ES), Nilzamara Rosa Tesch Oliveira (SEADES/ES), Ricardo Sérgio Dias Ângelo (Secretaria de Estado da Casa Civil de Minas Gerais - SCC), Rosilene de Fátima Teixeira de Oliveira (SEDESE/MG), Viviane Gonçalves Moreira (Prefeitura Municipal de Barra Longa/MG).

Convidados – Colaboradores – ATIs- Flacso: Mirna Lúcia de Almeida Corrêa (Consultora PG07), Renato da Silva Cardoso (MPA/colaborador convidado), Tamyris de Oliveira Pereira (SEPLAG/MG, Comitê Gestor Pro Rio Doce), Cláudia Laureth Faquinote (Flacso), Maria Alice da Silva (Flacso), Jean Craveiro Betteher (ATI ASPERQD), Patrícia Caldeira Giffoni (ATI ASPERQD), Simony Jesus (ATI ASPERQD).

1. Abertura da 65ª Reunião Ordinária da CT- OS	
Pauta	Discussão
1.1. Abertura, apresentação dos presentes, aprovação da ata da 2ª Reunião de Alinhamento da CT-OS, leitura da pauta, aprovação do calendário 2024. Informes.	A senhora Juliane de Araújo Barroso, representante da SETADES/ES e coordenadora da Câmara Técnica de Organização Social e Auxílio Emergencial – CT-OS, iniciou a reunião dando boas-vindas e agradecendo a participação de todos (as). Mencionou a riqueza dos trabalhos dos GTs, cuja consolidação dos trabalhos foi apresentada na reunião preparatória, e será retomada nesta reunião. Saudou o dia do meio ambiente e biodiversidade! Fez uma rodada de apresentação dos participantes e apresentou a pauta, que foi aprovada sem alterações. Ressaltou que o objetivo da reunião é definir uma prévia de agenda estratégica para a CT-OS. A coordenadora informou que a minuta de ata da 2ª Reunião de Alinhamento foi encaminhada a todos e não foi feita nenhuma consideração. Inquiriu aos presentes, e como ninguém fez sugestões de ajustes, a minuta de ata foi aprovada por unanimidade. Juliane Barroso apresentou a minuta de calendário da CT-OS para 2024. Os membros destacaram o intervalo de uma reunião para outra no segundo semestre de 2024. Desta forma foi inserida uma reunião ordinária em setembro. A coordenadora ponderou, que caso seja necessário, a partir do andamento dos trabalhos, serão realizadas reuniões extraordinárias. Feitos os ajustes, o calendário foi aprovado pelo pleno.
Aprovação	A ata da 2ª Reunião de Alinhamento da CT-OS foi aprovada por unanimidade.
Encaminhamento E65.01	O calendário 2024 da CT-OS foi aprovado e deverá ser encaminhado à Secex/CIF para publicação no portal CIF/Ibama.

2. Desenvolvimento da Pauta

Pauta	Discussão
<p>2.1. Desdobramentos da Deliberação 58</p>	<p>A coordenadora da CT-OS, Juliane Barroso, informou sobre a Deliberação 58 e sobre a Deliberação 786, a qual define prazos para cumprimento da primeira mencionada. Relatou que nos municípios incluídos pela Deliberação 58, São Mateus, Fundão, Serra, Conceição da Barra, foi feita aplicação de cadastro até 2018. Judicializações aconteceram e agora houve o reconhecimento definitivo dos territórios como impactados e definição de prazos para cadastros e retomada de pagamentos de indenizações. Juliane Barroso citou os parâmetros conceituais utilizados pela Fundação Renova para os registros dos cadastros nas duas fases – Cadastrado, Descartada, Cadastro Não Iniciado e Tratativas. Observou que as formas de comunicação da Fundação Renova com os assistidos precisam ser melhoradas. Esclareceu que os cadastrados que estão em tratativas são os que ainda podem ser absorvidos. Considerou que os equipamentos que estão nos territórios precisam interagir – CIA, 0800, CIM. Jadilson Gomes, representante da Comissão Quilombola de Degredo, sugeriu considerar que o cadastro em comunidades tradicionais acontece de forma diferente, pois é feito por listas de autoreconhecimento, conforme convenção da OIT 869, e validados pela Fundação Cultural Palmares. Apontou a necessidade de articular a CT IPCT e CT-OS para tratar das especificidades dos povos e comunidades tradicionais. Juliane Barroso informou que foi convidada pela CT IPCT para participar da próxima RO, nos dias 19 e 20 de junho, em Conceição da Barra/ES. Informou também que tomou conhecimento que a Fundação Renova está fazendo levantamentos nos municípios, mas que não tem informações oficiais, detalhadas a respeito e precisa checar. A partir do repasse feito pela FR a respeito dos cadastros foi informado que (arquivo MRP-BDD-01-Solicitacao_Cadastro-240524) em Conceição da Barra/Es foram realizados 11.814 cadastros, dos quais 6.517 são considerados cadastrados; 742 foram descartados, em tratativa: 4.554 e negativas (descartados+tratativas): 5.295. Em Fundão: Total de cadastrados 960. Cadastrados 374, Descartados+tratativas: 586. Em São Mateus/ES: Cadastrados: 17.025, Descartados+tratativas: 8.051. Em Serra/ES: 5.414 cadastrados; Descartados +tratativas: 2.929. Simony Jesus, representante da ATI ASPERQD, relatou que no que diz respeito as comunidades quilombolas listas de autodeterminação foram enviadas à Fundação Renova pela Fundação Cultural Palmares (FCP) e estão aguardando retorno. Informou que são trinta e três (33) as comunidades reconhecidas e certificadas pela FCP no Espírito Santo. Jean Craveiro, representante da ATI ASPERQD, relatou que os quilombos estão em situação drástica, não recebem água mineral, não recebem auxílio e não podem pescar e que mesmo já sendo certificadas, as comunidades são invisibilizadas pela Fundação Renova. Joéci Lopes, representante da Comissão de Atingidos de Aracruz/ES, informou que há duas comunidades, gesteira e Naque, reconhecidas, nas quais algumas pessoas já são atendidas, mas outras ainda não foram ressarcidas. Alessandra Zardo, representante da SETADES/ES, apontou a necessidade de cruzamento das informações dos cadastros e CAD Único. Perguntou sobre a ação dos municípios com as comunidades quilombolas. Simony Jesus, representante da ATI ASPERQD, avaliou que o CAD Único não serve como referência para os que se autodeclaram, inclusive como atingidos. O Ministério da Igualdade Racial (MIR) e a FCP é que estão à frente das questões destes quilombolas e não os</p>

municípios. Relatou a existência de estudo do componente quilombola, que subsidia o levantamento dos danos. Jadilson Gomes, representante da Comissão Quilombola de Atingidos de Degredo, relatou que ao longo da bacia existem umas 100 comunidades tradicionais buscando o reconhecimento da Fundação Nacional dos Povos Indígenas (FUNAI) e da FCP. Considerou que a ausência do atendimento das comunidades abrangidas pela Deliberação 58 é responsabilidade da Fundação Renova, que se apegou à judicialização, atrasando os atendimentos desde 2017. Mirna Corrêa, colaboradora convidada, solicitou que a ASPERQD encaminhe documentos com as normativas e outras informações sobre as comunidades tradicionais e indígenas para a CT-OS para conhecimento. Milla Moreira, representante da Prefeitura de Linhares/ES, apontou a necessidade de ampliar o olhar quando se trata de reparação. Joéci Lopes relatou que Fundão não está oficialmente dentro da abrangência da Deliberação 58, mas a Fundação Renova faz atendimentos à população atingida do município. Juliane Barroso, coordenadora da CT-OS, apontou a necessidade de checar as motivações para as negativas no cadastro, ponto de atenção para o monitoramento. Considerou que as informações disponibilizadas pela Fundação Renova, por meio da planilha MRP-BDD-01-Solicitacao_Cadastro-240524 são insuficientes e demandam questionamentos por parte da CT. Joéci Lopes informou que a Fundação Renova está fazendo levantamentos nos territórios, sem contingentes para o atendimento, causando muito tumulto. Cláudia Fardim, representante da SETADES/ES e enquanto coordenadora da Câmara Técnica de Participação, Diálogo e Controle Social (CT PDCS), fará solicitação de informações sobre esse levantamento, sua mobilização e comunicação.

2.2. Agenda Estratégica

Juliane Barroso apresentou uma síntese das elaborações feitas pelos três Grupos de Trabalho: GT PG 01 e 02 – Programa de levantamento e de cadastro dos impactados, GT PG 07 – Programa de Assistência aos Animais e GT PG 05 e 21 – Programa de Proteção Social e Programa de Auxílio Financeiro Emergencial aos impactados, e da discussão feita sobre as Deliberações CIF 58 e 786. Relatou que a avaliação das informações fornecidas pela Fundação Renova sobre o Cadastro apontam para a necessidade de outras inserções junto à Fundação Renova. Considerou importante atentar para os processos de revisão de todos os programas previstos no TTAC, com fluxo já proposto pela Fundação Renova. A coordenadora informou que elaborará material orientador, sobre o trabalho da Câmara Técnica para envio aos membros. Juliane Barroso relatou que foi sugerido pelos GTs convidar a Fundação Renova para apresentar um painel sobre os cinco programas monitorados pela CT-OS. Sugeriu indicar à Fundação Renova adequações nos RMMs para melhorar a compreensão das informações que repassa. Mirna Corrêa, colaboradora convidada, sugeriu inclusão da E&Y no painel, para apresentação dos relatórios produzidos no período em que os trabalhos da CT-Os estiveram suspensos. Márcia Carvalho, representante da SETADES/ES, sugeriu apresentação do PPS por município e que as capacitações dos profissionais contemplem temas como a reparação e educação ambiental. Alessandra Zardo, representante da SETADES/ES, considerou que os RMMs são pouco claros e apontou a necessidade de fazer diálogo com os municípios para levantar outras informações sobre a execução do PPS. Sugeriu realização de grupos focais com os municípios de MG e ES, puxados pela SEDESE/MG e SETADES/ES. Karolina Vasconcelos, representante da Prefeitura Municipal de Mariana/MG, elaborará a minuta de formulário para levantamento de informações junto aos municípios. Cláudia Fardim,

representante da SETADES/ES, considerou importante conhecer o relatório da auditoria sobre o PG05, que pode subsidiar qualitativamente a avaliação da execução do PPS. Karolina Vasconcelos, representante da Prefeitura Municipal de Mariana/MG, considerou que a avaliação qualitativa será melhor apresentada pelos municípios, pois a Fundação Renova considera que executar as ações já é solução, não se preocupando com os resultados, com a redução das vulnerabilidades. Rosilene de Oliveira, representante da SEDESE/MG, apontou as fragilidades das ações, que não atenderam os objetivos do Plano, e considerou necessário indicar outras estratégias para efetivar a proteção social. Milla Moreira, representante da Prefeitura Municipal de Linhares/ES, relatou que a pouca efetividade do plano é tema recorrente dessa CT, e Linhares tem indicado a necessidade de continuidade das ações, mas o Plano foi encerrado sem avaliações. Marilene Fabri, representante da SEDESE/MG, informou que o Estado de Minas Gerais não aceitou o Plano proposto pela Fundação Renova. Sugeriu propor à Fundação Renova indicadores de impacto, além dos indicadores de processo. Daniely Alves, representante da Prefeitura Municipal de Mariana/MG, considerou que o plano pode ter sido encerrado, mas o programa está ativo, portanto é preciso estabelecer as novas diretrizes do programa, considerando que a autonomia financeira das famílias não foi alcançada. Sugeriu levar cooperativismo e associativismo para as famílias reassentadas. Milla Moreira, representante da Prefeitura Municipal de Linhares/ES sugeriu visitar os planos e o programa o qual prevê o estabelecimento do status quo de antes do desastre, mas isso não foi estabelecido. Alessandra Zardo, representante da SETADES/ES, indicou que alguns municípios não querem a finalização do plano, o qual deve ser revisto e vitalizado visando a proteção social. Karolina Vasconcelos, representante da Prefeitura de Mariana/MG, apontou a realização da supervisão técnica em todos os territórios como avanço a ser alcançado. Relatou que a judicialização do plano no município de Mariana resguardou sua continuidade até o reassentamento de todas as famílias, e previsão de revisões do plano. Relatou que a análise dos impactos no território apontou aumento de arrecadação no município com a presença da Fundação Renova. Cláudia Fardim, representante da SETADES/ES, mencionou que o território é vivo e dinâmico, e considerou que voltar ao status quo de antes do desastre jamais vai acontecer. Informou que com o encerramento dos planos, os municípios, no documento proposto pela FR, assinam a quitação plena e integral da proteção social nos territórios. Avaliou que a proteção social foi tercerizada e que foram poucos municípios realizaram por execução direta. Simony Jesus, representante da ATI ASPERQD, considerou que os planos não foram pensados para os povos e comunidades tradicionais. Milla Moreira, representante da Prefeitura Municipal de Linhares/ES, informou que os planos não foram aprovados pelos conselhos de políticas públicas. Juliane Barroso, coordenadora da CT-OS, considerou necessário o PPS adotar protocolos para o atendimento dos impactados, e que ao ser questionada sobre isso a Fundação Renova respondeu que o SUAS já possui esses protocolos. Alessandra Zardo, representante da SETADES/ES, relatou que nos municípios houve grande rotatividade nas equipes do PPS e ressaltou a importância dos municípios participarem da construção da proposta de reparação. Juliane Barroso, coordenadora da CT-OS, apontou os impactados como público da Assistência Social e mencionou alguns itens necessários para a estruturação dos serviços – carro 4X4, suplementação de equipes, informação/conhecimento dos direitos, etc. Apresentou uma síntese dos pontos de atenção por programa, indicados pelos GTs: 1) Programa de Levantamento de Cadastro dos Impactados: a)

Descompassos na Fase 1 – Processo de invisibilidade de membros familiares; b) Revisão do cadastro; c) Reabertura do cadastro nos municípios da Deliberação 58; d) Checar levantamento em andamento nos territórios. Atentar para manter a terminologia utilizada conforme definições do SUAS. No PG02 - Programa de Ressarcimento e de Indenização dos impactados foi sugerido fazer o monitoramento dos pagamentos nos municípios da Deliberação 58 e checar comunicação nos territórios. Solicitar à Fundação Renova esclarecimentos sobre esse dois pontos acima referidos. Quanto ao PG 05 - Programa de Proteção Social, foram indicados como pontos de atenção: a) Monitorar a execução nos municípios da Deliberação 58; b) Avaliação dos Planos já executados, c) Prorrogação do PPS em 10 anos – Demanda do Fórum dos Prefeitos de Barra Longa, Rio Doce e Santa Cruz do Escalvado. Os participante entenderam que a resposta a essa questão deve ser dada após avaliação dos planos, mas será enviado ao Fórum de Prefeitos ofício informando essa previsão. Jadilson Gomes, representante da Comissão Quilombola de Atingidos de Degredo, informou que a previsão de prazo de prorrogação do PPS no TTAC é de doze meses. Os pontos de atenção do PG 07 - Programa de Assistência aos Animais – PAA foram: Checar viabilidade de encerramento do programa; GM realizar visita de monitoramento na Fazenda CATA1. A CATA 2 já não abriga animais. Pontos de atenção no PG 21 - Programa de Auxílio Financeiro Emergencial aos impactados - AFE: a) Monitoramento dos pagamento nos municípios da Deliberação 58; b) Checar comunicação nos territórios; c) Conferir desmembramento dos grupos familiares – definir critérios para titularidades/concessões dos benefícios. Jadilson Gomes, representante da Comissão Quilombola de Atingidos de Degredo, relatou dificuldades com o cadastro de impactados: inclusão de dependentes no Cadastro e transferência de auxílio financeiro para depentes de cadastrados falecidos. Jean Craveiro, representante da ATI ASPERQD, sugeriu definir os critérios e fluxos de inclusão de dependentes no Cadastro e esclarecer o funcionamento do cadastro para atualização das listas de autodefinição dos povos e comunidades tradicionais. Juliane Barroso, coordenadora da CT-OS, ressaltou que essa síntese não abarca todos os pontos levantados pelos GTs, por isso, o material produzido pelos grupos será enviado a todos. Os participantes parabenizaram a coordenação da reunião, considerada muito dinâmica e produtiva. Jadilson Gomes, representante da Comissão Quilombola de Atingidos de Degredo, informou que será substituído nesta Câmara e os participantes agradeceram suas contribuições e dedicação como membro da CT-OS, desde 2021. Joéci Lopes, representante da Comissão de Atingidos de Aracruz/ES, solicitou que a CT busque definir representante dos atingidos de Minas Gerais para compor a Câmara. Juliane Barroso, coordenadora da CT-OS, informou que tratará dessa questão com o CIF, já que há diversos candidatos à vaga, e que tratará, também, sobre as assessorias técnicas. Karolina Vasconcelos, representante da Prefeitura Municipal de Mariana/MG, pontuou sobre o custeio de diária do hotel que poderia ser estendido até o horário da viagem. Juliane Barroso, coordenadora da CT-OS, destacou a excepcionalidade desta reunião por conta da antecipação do término em razão da reunião das CT's com a Presidência do CIF, mas que avaliará para as próximas reuniões. Cláudia Fardim, representante da SETADES/ES, parabenizou a coordenação e os participantes, pela coragem e comprometimento de todos para o cumprimento dos propósitos da Câmara. Alessandra Zardo, representante da SETADES/ES, expressou alívio de ver a disposição de todos para o trabalho conjunto. Marilene Fabri, representante da SEDESE/MG, ressaltou a responsabilidade de todos com os atingidos.

	<p>Márcia Carvalho, representante da SETADES/ES, parabenizou a metodologia utilizada na reunião, que oportunizou o diálogo. Sugeriu organizar uma linha do tempo do PPS. Mirna Corrêa, colaboradora convidada, considerou a possibilidade de chamar Paulo Clemente e Fabiane Macedo, que atuaram como membros da CT-OS, para uma conversa sobre o PPS. Jadilson Gomes, representante da Comissão Quilombola de Atingidos de Degredo, agradeceu a todas e todos e informou que continuará disponível para apoiar os trabalhos da CT-OS. Juliane Barroso, coordenadora da CT-OS, agradeceu a todas e todos pela participação, compromisso e contribuições. Mencionou o conceito de resistência política, que situa as pessoas num mundo desigual e regido por diferentes sistemas, onde o conhecimento deve ser aplicado e compartilhado pelo diálogo.</p>
Encaminhamento E65.02	<p>Elaborar material orientador sobre o trabalho da Câmara Técnica para envio aos membros – Responsável: Coordenação da CT-OS</p>
Encaminhamento E65.03	<p>Realizar de Painel Situacional dos Programas pela Fundação Renova, por município no caso do PPS e E&Y, auditorias de 2023 e 2024.</p>
Encaminhamento E65.04	<p>Realizar a 66ª RO em três dias: Dia 09/07: Reunião Preparatória e nos dia 10 e 11/07: Painel Situacional</p>
Encaminhamento E65.05	<p>Fazer Diagnóstico (relatório analítico de resultados) da execução dos Planos (Obtenção de relatórios de cada um dos municípios quanto ao impacto e a execução do PPS. Fazer avaliação dos Planos de Proteção executados.</p>
Encaminhamento E65.06	<p>Realização de Grupo Focal do PPS junto aos municípios em MG e ES. Prazo: após a 66ª RO. Responsáveis: SEDESE/MG e SETADES/ES. Minuta de formulário para levantamento de informações: Karolina Vasconcelos</p>
Encaminhamento E65.07	<p>Enviar Ofícios à Fundação Renova solicitando esclarecimentos sobre: os pagamentos de indenizações através do PIM, as metas e indicadores do Programa e sobre a comunicação nos territórios da Deliberação 58. Esclarecer detalhadamente como e onde está sendo pago o dano água. Explicar o porquê do não pagamento ainda aos 38 interessados para receberem o PIM decorrentes das 03 campanhas, conforme RMM PIM maio/2024. Detalhar como e quantos são os acordos a serem homologados para pagamento do Novel, bem como os homologados e não pagos.</p>
Encaminhamento E65.08	<p>Enviar ofício ao Fórum de Prefeitos, informando previsão de retorno para a demanda, após avaliação dos Planos.</p>
Encaminhamento E65.09	<p>Definir calendário e retomar a realização das visitas de monitoramento ao PG 07, após recomposição do Grupo de Monitoramento.</p>
Encaminhamento E65.10	<p>Enviar o material produzido pelos GTs na Reunião Preparatória para todos os participantes</p>
Encaminhamento E65.11	<p>Enviar ofícios à Fundação Renova solicitando esclarecimentos sobre o Cadastro dos Impactados: Esclarecer a motivação e comprovação da inelegibilidade dos atingidos indeferidos nas fases 1 e 2; Esclarecimentos detalhados (critérios utilizados) sobre as tratativas registradas que não geraram registros econômicos, conforme a Tabela 2 do RMM de Cadastro de maio/2024, por município; Detalhar procedimentos de validação de cadastro e apresentação dos termos de comprovação (ligação telefônica, quantas?, e-mail? Etc);</p>

	<p>Explicar qual é o marco temporal para as definições: menor de idade, reclusão; e explicar como são e como serão tratados os elencados nos quais os responsáveis não reconhecem pessoas agrupadas no cadastro.</p> <p>Esclarecer os critérios e fluxos de inclusão de dependentes no Cadastro e transferência de auxílio financeiro para dependentes de cadastrados falecidos.</p> <p>Esclarecer o funcionamento do cadastro para atualização das listas de autodefinição dos povos e comunidades tradicionais e indígenas.</p> <p>Esclarecer como a Deliberação 58 vai ser incorporada no Cadastro e nos demais programas acompanhados pela CTOS;</p> <p>Atualização das decisões e manifestações judiciais recentes.</p>
Encaminhamento E65.12	<p>CT-OS realizar interlocução com a CT IPCT para esclarecer o funcionamento do cadastro na atualização das listas de autodefinição dos povos e comunidades tradicionais e indígenas e concessão dos benefícios.</p>

Não havendo mais considerações por parte dos membros, e como todos os pontos da pauta foram tratados, às treze horas e cinco minutos do dia cinco de junho de dois mil e vinte e quatro, a senhora Juliane de Araújo Barroso, coordenadora da Câmara Técnica de Organização Social e Auxílio Emergencial – CT-OS, finalizou a reunião agradecendo a participação de todas e todos.

Registro que a presente Ata foi aprovada no dia 10 de julho de 2024, na 66ª Reunião Ordinária da Câmara Técnica de Organização Social e Auxílio emergencial – CT-OS/CIF

Juliane de Araújo Barroso
Coordenadora da Câmara Técnica de Organização Social
e Auxílio emergencial – CT-OS/CIF

Documento original assinado eletronicamente, conforme MP 2200-2/2001, art. 10, § 2º, por:

JULIANE DE ARAÚJO BARROSO
ASSESSOR ESPECIAL NIVEL III QCE-01
SUBAAD - SETADES - GOVES
assinado em 18/07/2024 14:31:12 -03:00



INFORMAÇÕES DO DOCUMENTO

Documento capturado em 18/07/2024 14:31:12 (HORÁRIO DE BRASÍLIA - UTC-3)
por JULIANE DE ARAÚJO BARROSO (ASSESSOR ESPECIAL NIVEL III QCE-01 - SUBAAD - SETADES - GOVES)
Valor Legal: ORIGINAL | Natureza: DOCUMENTO NATO-DIGITAL

A disponibilidade do documento pode ser conferida pelo link: <https://e-docs.es.gov.br/d/2024-HW4GP4>